

Exmos Senhores da

Comissão de Trabalho e Segurança Social da Assembleia da República

Somos a remeter em anexo a nossa subscrição ao parecer da CGTP-IN sobre:

Projecto de Lei nº 60/XV/1.ª (PCP)

Altera o regime de trabalho temporário limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (décima nona alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)

(Separata nº6, DAR, de 4 de Maio de 2022)

Com os nossos melhores cumprimentos
A Direcção

(Em caso de resposta deve enviar email para geral@stfpcentro.pt)



+ informado
e defendido

+ benefícios
e apoio aos sócios

**JUNTOS SOMOS
MAIS FORTES**

desde 1976 nos serviços públicos e no sector social | STFPcentro.pt

APRECIACÃO PÚBLICA

- (a) **PROJECTO DE LEI Nº 60/XV/1ª (PCP) - Altera o regime de trabalho temporário limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (décima nona alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)**
(Separata nº 6, DAR, de 4 de Maio de 2022)

- (b) **Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Centro**

Sede: **Av. Fernão de Magalhães n.º 640, 3000-174 Coimbra**

Trabalhadores representados pela organização que se pronuncia: **Trabalhadores que exercem a sua atividade profissional na Administração Pública, IPSS, Misericórdias e Mutualidades**

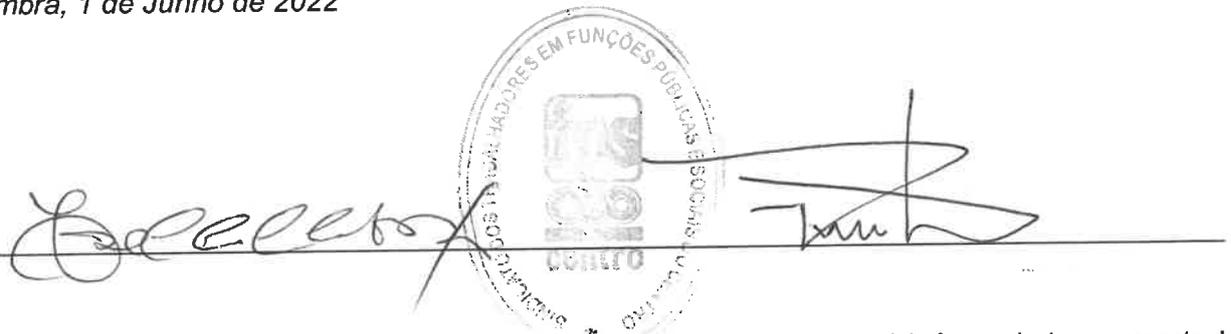
- (c) Forma de consulta adotada **Reunião de Direção**

- (d) Contributo:

Subscrevemos, na íntegra a apreciação da CGTP-IN.

Coimbra, 1 de Junho de 2022

(e)



- (a) Identificação do projeto de diploma: projecto de lei nº..., projecto de decreto-lei nº..., projecto ou proposta de decreto regional nº..., seguido da indicação da respectiva matéria, como for anunciada.
- (b) Comissão de trabalhadores ou comissão coordenadora, associação sindical.
- (c) Assembleia-geral de associados, reunião geral de delegados sindicais ou de comissões sindicais, reunião de direcção, de comissão de trabalhadores ou de comissão coordenadora, plenário de trabalhadores etc.
- (d) Se necessário, utilizar folhas anexas do formato A4, devidamente numeradas e rubricadas.
- (e) Assinatura de quem legalmente representa a organização de trabalhadores que se pronuncia ou de todos os seus membros.

(Formato A4 – 210 mm x 297 mm)



Projecto de Lei nº 60/XV/1.ª (PCP)

Altera o regime de trabalho temporário limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (décima nona alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)

(Separata nº6, DAR, de 4 de Maio de 2022)

APRECIÇÃO DA CGTP-IN

O trabalho temporário constitui uma das formas mais agressivas de intensificação da exploração laboral que impende sobre os trabalhadores. Não se trata apenas de um problema de precariedade do vínculo laboral, que já de si impede os trabalhadores de organizarem as suas vidas com estabilidade e solidez.

Contudo, com o trabalho temporário convivem também as formas mais desumanas de exploração, baseadas nas baixas qualificações, nos mais baixos salários, no difícil exercício de direitos sindicais e das mais básicas liberdades que também no trabalho devem estar presentes.

O trabalho temporário para além de se ter assumido como um negócio de milhões à custa de um salário mais baixo e da perpetuação da precariedade, mantendo os trabalhadores num vaivém constante de entradas e saídas fictícias para, na maioria dos casos, permanecerem nos mesmos locais de trabalho de sempre, o trabalho temporário é utilizado ainda como barreira intransponível para o legítimo acesso dos trabalhadores aos quadros das empresas utilizadoras, que são empresas com melhores condições de trabalho, regra geral.

Através do bloqueio atrás referido, impede-se o acesso dos trabalhadores a direitos consagrados na contratação colectiva, bem como à progressão na carreira, nos salários, melhores condições de SST e oportunidades de formação profissional.

Portugal ocupa um dos lugares mais desonrosos a nível europeu, em matéria de peso do emprego temporário no total do emprego. Tal comprova que a utilização do trabalho temporário vai para além da mera resposta a necessidades temporárias, imprevisíveis ou supervenientes, para se tornar um “modus operandi” dos mais poderosos grupos económicos que não prescindem de uma parceria próxima nesta área, com imenso prejuízo para quem trabalha.

O Projecto Lei do PCP reforça os direitos e dificulta o acesso e utilização desta modalidade contratual, nessa medida, conta com a natural aprovação da CGTP-IN.

30 de Maio de 2022